



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ANDERSON FREITAS FABIANO

SIMBOLISMO DAS MOEDAS: NUMISMÁTICA E PODER

**CAMPINA GRANDE
2022**

ANDERSON FREITAS FABIANO

SIMBOLISMO DAS MOEDAS: NUMISMÁTICA E PODER

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado /ao Coordenação /Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História, do Campis I, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F118s Fabiano, Anderson Freitas.
Simbolismo das moedas [manuscrito] : numismática e poder / Anderson Freitas Fabiano. - 2022.
21 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira , Departamento de História - CEDUC. "

1. Numismática. 2. Poder. 3. Espectro. 4. Antiguidade. I.
Título

21. ed. CDD 332.4

ANDERSON FREITAS FABIANO

SIMBOLISMO DAS MOEDAS: NUMISMÁTICA E PODER

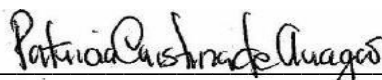
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado /ao Coordenação /Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História, do Campis I, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Aprovada em: 14/12/2022.

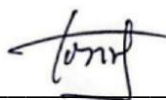
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Tibério Max Sousa Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Nosso Senhor Jesus Cristo, pela honra de ter me concedido a graça de ter finalizada o curso; à santíssima virgem Maria e aos meus amados santos patronos: S. Lussorio e Sta. Francesca, por terem guiando-me no caminho da sapiência e paciência.

Dedico aos meus pais: Givanildo Sales Fabiano e Eliedina de Menezes Freitas, por me apoiarem e estarem ao meu lado; também agradeço aos meus avós: Sr. João Fabiano da Silva e Dona Josefa Sales Fabiano, por terem me incentivados nas artes e serem meus mecenas durante todo o período da faculdade.

Agradeço à minha digníssima namorada, Mikaela Silva Azevedo, por estar ao meu lado, me dando forças e me incentivando a todo custo.

Por fim, dedico ao meu grande amigo e mestre, Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira, o qual acreditou e abraçou todas as minhas teorias e estudos e possibilitou que esse artigo fosse concluído.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Moeda de Felipe II	10
Figura 2 – Patacão de Prata	11
Figura 3 – Óbolo de Caronte	12
Figura 4 – Caixa das almas	13
Figura 5 – Moeda “Talento”	14
Figura 6 – Esmole	15
Figura 7 – Set do brasão do Reino Unido	17
Figura 8 – Coroa Francesa	17
Figura 9 – Ducado (Florim)	18
Figura 10 - Onça de ouro	18

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	DOCUMENTO E MONUMENTO	7
2.1	Moeda: documento ou monumento?	8
3	A MOEDA COMO SÍMBOLO DE PODER SOCIAL	9
4	A MOEDA DO DIVINO: ANTIGUIDADE E MEDIEVO	11
5	HERÁLDICA E NUMISMÁTICA	15
5.1	A coroa	17
5.2	O ducado	18
5.3	A onça	18
6	BURGUESIA: SINÔNIMO DE PODER	19
7	DIAS ATUAIS	19
8	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	20

SIMBOLISMO DAS MOEDAS: NUMISMÁTICA E PODER

COINS SYMBOLISM: NUMISMATIC AND POWER

Anderson Freitas Fabiano*

RESUMO

O presente artigo propõe-se a tratar da numismática enquanto ciência auxiliar da história dentro do entendimento do espectro de poder dentro das sociedade, assim como da utilização desta ciência para o pleno entendimento da história universal e Local utilizando-se por base as representações econômicas ou sociais que a numismática participou ativa ou oficiosamente dentro do contexto cultural, dentro do método utilizado foi-se trabalhado na tangente de textos de celebres autores e pesquisadores por base, como Jacques Legoff, Leire de Vascoellos. Pedro Funari e Claudio Caran, sendo por meio destes utilizados como abordagem metodológica as dados e fontes de sociedades de pesquisa em numismática, assim como documentos que abordam a temática.

Palavras-chave: Numismática. Poder. Espectro. Antiguidade.

ABSTRACT

This article proposes to deal with numismatics as an auxiliary science of history within the understanding of the spectrum of power within society, as well as the use of this science for the full understanding of universal and local history using economic or local representations as a basis. that numismatics participated actively or unofficially within the cultural context, within the method used, texts by famous authors and researchers were worked on, such as Jacques Legoff, Leire de Vascoellos. Pedro Funari and Claudio Caran, using data and sources from research societies in numismatics as a methodological approach, as well as documents that address the theme..

Keywords: Numismatics. Power. Spectrum. Antique.

* Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História – Campus I – UEPB. E-mail: anderson.fabiano@aluno.uepb.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

As sociedades, em toda sua história, elencou símbolos para representar os mais diversos preceitos e instituições, a necessidade da impressão (ou *Imprimatur*) sempre foi necessário para autenticar, inibir ou representar algo ou alguém. A heráldica, por exemplo, representaria um monarca, um nobre, uma corporação, ou ainda, uma instituição, a joia servia para indicar ou impor respeito a um detentor e a sociedade que o cerca. Mas, incontestavelmente, o maior símbolo de poder e domínio é, sem dúvida, uma moeda.

Grandes soberanos, em toda a história, sempre tentaram deixar sua existência nos anais da História e, sem dúvida, além de estátuas e imóveis suntuosos, a moeda, sem dúvida, é uma das principais representações – desde o surgimento da moeda circular, os grandes impérios, reinos e senhoreados representaram seus líderes na esfinge da moeda.

Várias estruturas sociais e de poder permearam a moeda dentro de seu imaginário, sua mitologia e suas tendências religiosas, mas a moeda sempre esteve presente no imaginário e na vida das pessoas. Em seu momento histórico, a Numismática se debruça desde seu surgimento como ciência a entender essas pequenas e interessantes peças históricas: documento vivo da identidade de um povo e de sua existência.

Desde o surgimento da moeda, as esferas de poder que a cercam foram incontestavelmente várias, desde reis e nobres até ditadores e presidentes – todos estes fizeram com que o dinheiro circulável, ou não, permeasse sua esturra de domínio de maneira a perpetuá-la dentro da História.

A Ciência numismática, como célebre participante da grande árvore da História, dedica-se a entender inatamente como a moeda, em seu momento histórico, contribuiu para o entendimento do povo que a gerou. Dentro deste princípio, surgiu o interesse de responder a uma simples pergunta: Se a moeda, em seu tempo histórico, basicamente, é um reflexo do poder estatal, ela, por si, explicaria a totalidade ou uma densa parte deste poder? A resposta é sim, Carlan (2010 *online*), argumenta em seus escritos que “a moeda, pela sua existência, é prova documental e sincera do referencial de um domínio. Dentro deste sentido, podemos argumentar que diversos fatores, diretos ou indiretos influenciava a vida e os domínios de um lugar”.

2 DOCUMENTO E MONUMENTO

A discussão em torno do documento histórico é algo interessante para compreendermos o lugar de debate em que a moeda se encontra e como essa peça econômica é relevante à História e à Antropologia.

Jacques Le Goff (1996) em seu livro “Memória e Patrimônio” discute a questão das mentalidades, como as pessoas viviam, se comportavam em seu meio social e como as pessoas organizavam suas vidas durante a Idade Média. Dentro desse quesito, podemos refletir que a moeda, enquanto peça econômica, socialmente esteve sempre presente junto a sociedade que a gerou (ex: Turquia VII a.c).

A memória coletiva é, sem dúvida, um dos campos mais interessantes e influentes da História Geral, pois é a partir desta memória que o historiador pode inflamar sua pesquisa. A memória coletiva é gerada a partir de acontecimentos onde um indivíduo, grupo ou sociedade tenham participado ativamente ou passivamente e a tenha marcado ao ponto de transpassar gerações ou, ainda, ficar marcado no subconsciente coletivo.

O historiador, ao avaliar um documento histórico, segundo Le Goff (1996), deve ser crítico no seu avaliar, pois, ao se debruçar sobre um documento, deve levar em consideração o lugar de fala de seu criador, assim como a motivação para ser criado. Assim, deve-se levar em consideração diversos fatores que, ao criticar um documento histórico, possam contribuir para a plenitude do entendimento do alvo da pesquisa.

Para Le Goff (1996), existem dois tipos de materiais, onde se aplicam a memória coletiva de uma sociedade: os documentos e os monumentos. Ambos sofrem influências dos sujeitos históricos que a gestam, assim sendo, o material histórico, seja ele classificado como Documento ou Monumento, já nos chegam selecionados por influência de agentes políticos no momento onde eles são criados, ou, ainda, por agentes exteriores ao momento onde posteriormente podem alterar ou reclassificar esse material.

Para Le Goff (1996) existem dois tipos de monumentos: os festivos e os de memória. Os festivos, onde se incluem as grandes obras arquitetônicas e artísticas, serviriam, basicamente, para lembrar e comemorar grandes passagens de uma sociedade, como vitórias e louvações a “heróis” instituídos. O segundo seriam os monumentos fúnebres, onde seriam resguardados para a memória posterior, resguardado normalmente para grandes heróis e líderes; é importante ressaltar a relevância do monumento para compreendermos como a sociedade inclina sua memória para grandes feitos e personalidades, onde, às vezes, estas obras tornam-se intencionalmente “faraônicas” para explicar fisicamente e visualmente a importância e o poder daquele momento ou pessoa, assim contemplando a intenção direta ou indireta da perpetuação do poder.

Já o documento, que foi pensado dentro da escola positivista como algo imutável e perpétuo, muitas vezes considerado mais importante do que o monumento, seria a plenitude da história da sociedade que o gestou, pois, para os positivistas, o documento era a prova essencial da existência de um acontecimento. Assim, o documento tem a essência, para os positivistas, de prova viva da memória coletiva, mas é desconstruído por Le Goff (1996) ao afirmar que o documento é gestado pelo momento.

Ao discutirmos isso, podemos ressaltar a importância do momento e do documento para a criação da numismática, tendo em vista que ao escolher as esfiges para a criação das moedas, se elenca um símbolo de poder e esse símbolo se perpetua dentro do imaginário da sociedade que o gerou.

2.1 Moeda: monumento ou documento?

Ainda, utilizando-se da discussão de Le Goff (1996), ressaltamos que a revolução documental parâmetros a problemática do sentido de “documento”, no ordenado da pesquisa historiográfica. Nesse sentido, podemos ressaltar em Le Goff:

O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz deve ser, em primeiro lugar, analisado desmistificando – lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprios. (LE GOFF, 1996, P.547-548.)

Neste quesito, seria pertinente indagar qual a discussão que podemos fazer ao analisar uma moeda dentro da pesquisa historiográfica, como uma sociedade a cria e como essa mesma sociedade que cria seus sistemas monetários atraem para si

símbolos de poder e identidade. Ao analisarmos moedas de 1200 a.C, dentro da sociedade Grega, podemos ter diferentes interpretações de mundo a partir de uma moeda utilizada no momento contemporâneo da sociedade Egípcia. (Sociedade Numismática Brasileira – Boletim ordinário. 2003)

As sociedades criam seus monumentos e ídolos e tentam perpetuá-los dentro do seu arcabouço imaginário: tais ações, como já dito, resultam em uma imagem da sociedade que a ressignifica a imaginação e a recria dentro do princípio da memória coletiva que se esguia dentro da História, por diversas vezes, resultando em imaginário fértil e, conseqüentemente, entremeado, com a ideia de patriotismo e nacionalismo.

A moeda, dentro do contexto da pesquisa histórica, torna-se uma um documento e monumento, por vezes usufruído para tentar contextualizar, passagens, vultos, cultos e diversos outros apetrechos sociais dentro da sociedade que a cria e a usa socialmente e economicamente.

3 A MOEDA COMO SÍMBOLO DE PODER SOCIAL

As sociedades antigas, desde o surgimento dos sistemas econômicos, utilizaram pequenos apetrechos que garantissem as trocas honestamente sem questionamentos. Muitas vezes, esses apetrechos tinham o selo real, em seu verso, para autenticar sua veracidade. Essa autenticação ia muito além de um simples sistema antifraudes, era a representação de um poder não visível que rodearia aquela sociedade.

Ao grafar em verso a figura de um deus, de um rei, um nobre, um episcopo, ou, ainda o escudo de armas sugere-se, por este ato, a impressão do poder social acima dos demais que reconheciam nas moedas as figuras como sendo símbolos estatais e garantia da lei e da ordem vigente.

O imaginário das figuras de poder cerca as sociedades desde o momento onde as mesmas criaram cooperativas unitárias e reinos, onde essas figuras, por vezes tidas como deuses, outras como governantes, não saiam do imaginário e do sugestivamente coletivo.

A figura do rei era a figura máxima em uma sociedade. Até os dias atuais, expressões populares elencam esse vulto como autoridade suprema na terra. A figura do rei vai muito além da imagem de governança – o rei, em si, é a figura que une os povos de uma mesma localidade, governando-os com justiça, bonança e paz, assim como dos nobres que governam em seu nome em diversas localidades deste suposto reino.

A importância das figuras de poder para um povo deriva da figura do visível para o não visível, assim como o rei e seus nobres eram representados monumentalmente, também os deuses e símbolos eram representados, como formas de poder instauradas que demonstravam ao povo a grandeza daqueles que os governava.

O vulto de poder é uma identidade social abrangente em todas as culturas existentes e essas figuras resistem perpetuando-se ao longo da História a partir de monumentos e estatuas suntuosas. A presença desses monumentos, muitas vezes referenciam as próprias glórias dos líderes de um povo, representando, assim, estes como atos de megalomania, podem ser resumidos como ações para alienar o povo de suas próprias glórias e, assim, mantê-los unidos sob um só governo. Daí um problema: se em grandes cidades os monumentos surgem do princípio de louvação e

união por acontecimentos grandiosos, como fazer com que as pessoas dos recantos mais distantes do rei pudessem ter o mesmo sentimento?

No estudo da Numismática, vemos que muitas moedas têm em seus versos e reversos as esfinges reais ou cenas de grandes acontecimentos. A intenção própria para aplicar-lhe tais imagem era instantaneamente as mesmas intenções para com os grandes monumentos, tais atoles lembrariam por exemplo da vitória de um rei sobre outro em uma Batalha, por exemplo, esses constantes lembretes serviriam, bem a calhar, para o surgimento, como já dito anteriormente, do sentimento de patriotismo, onde o povo unido por uma figura (Um Rei Normalmente) venceria seus inimigos e receberiam as glórias eternas. Vide Exemplo:

Figura 1 – Moeda de Felipe II



Fonte: Coleção privada – Jafet Numismática (2022).

Na moeda acima exemplificada, vemos a expressão do sentido de glória dos reis. Assim como do princípio de louvação dos grandes feitos, Filipe II da Macedônia, ao se tornar rei, ordena a utilização de símbolos que o louvem assim como o seu busto no verso da moeda.

É comum que líderes de diversas sociedades na história da humanidade usem o autorretrato, na concepção de numismática, pois assim, além de perpetuar sua existência dentro da esfera consciente de seu povo, ainda propõem-se em serem conhecidos pelo seu povo, pois assim, não haveria o princípio da usurpação. O rei, dentro do contexto da antiguidade, normalmente não era visto publicamente pelo povo, e sua esfinge na moeda circular evitaria uma presumível confusão de quem seria o rei.

Com o tempo, a necessidade de além de criar uma imagem de unidade e patriotismo e um notório conhecimento social, houve a necessidade de se criar uma maneira a evitar fraudes e se configurar a validação social destas moedas circuláveis, a maneira mais fácil de se criar tal sodalício foi a aplicação de escudos de armas no anverso das moedas, deve-se ressaltado neste momento que a criação de sistemas antifraudes foi relevante a te meados dos séculos XX onde foram padronizados o tamanho e o peso das moedas circuláveis.

Uma das principais marcas que devem ser relevadas é o serrilhamento, onde as próprias moedas até os dias de hoje as têm. Essas moedas com suas bordas em linhas evitariam o desgaste em moedas fabricadas em material nobre (ouro e prata).

Figura 2 – Patacão de Prata - 1815, bordas serrilhadas – reino de Portugal



Fonte: Acervo digital - SNB, (2022).

O poder das moedas, para os povos, sempre foi alvo de debates, mas seu simbolismo, dentro das sociedades que a geraram, é incontestável. Desde sua criação, a utilização da mesma para ratificar um poder preestabelecido, ou ainda, ratificar um poderio local.

O princípio do poder social das moedas é um alvo de debates muito além dos que podemos prever, isto porque, ao debatermos sobre o princípio da ratificação de poder, abrimos espaço para o debate de que poder estamos falando. Normalmente as moedas gerenciam o poder temporal, o poder dos reis e homens, os quais limitam sua existência, mas algumas moedas vão além do poder territorial, chegam ao divino, de maneira contextual ou, ainda sim, física.

4 A MOEDA DO DIVINO: ANTIGUIDADE E MEDIEVO

Ao trabalhar a ideia de sacralidade da moeda entramos em uma encruzilhada social, pois em diversos momentos as sociedades viram as moedas para além do poder territorial, isto porque o divino era a única coisa que estava acima do poder temporal, mesmo que muitas vezes, dentro do curso histórico, ambos os poderes estivessem alinhados, para abordarmos tais teses precisamos utilizar de uma das principais lendas da mitologia Greco-romana: Caronte.

Caronte, Deus da travessia para o submundo dentro do contexto da mitologia grega e romana, era uma figura importante para o panteão dessas sociedades pois, é a partir dele que as almas teriam o seu descanso ou ainda seriam atormentadas, de acordo com a lenda, a pessoa que morria deveria ser enterrada ou cremada com o óbolo (uma moeda representativa do deus) em sua boca para assim pagar o barqueiro em sua travessia, ou na ausência desta esperar 100 anos nas margens do rio Estige para posterior a isso fazer sua travessia para o outro lado.

Essa lenda é riquíssima para entendermos como a moeda torna-se parte da devoção ou ainda peça de apressamento de uma sociedade a um deus a qual ela cultua,

Figura 3 – Óbolo de Caronte. Século V-I a.C



Fonte: Acervo privado – Jafet Numismática, (2021)

Deve-se ressaltar que em nossa sociedade a tradição do óbolo de caronte se manteve viva em diversos relatos, alguns teatrais como o caso do verso do livro “O Auto da Compadecida” do Celebre escritor Ariano Suassuna, do qual vemos um diálogo referente: – Severino: Pega o punhal e futuca a boca do defunto “pra” ver se não tem moeda de ouro. – Comparsa: Gosto de mexer com defunto não chefe, dá um azar danado. (SUASSUNA, 1957)

Podemos ver que esses debates referentes à importância da moeda e seu simbolismo religioso ultrapassam gerações e dogmas. Estes tais fortificados, muitas vezes, por crenças e lendas urbanas que se repetem por gerações.

Durante a antiguidade, era muito comum as culturas perpassarem estas tradições ritualísticas, de maneira que ao realizarem seus rituais tivessem certeza da boa finitude da alma diante de um deus que era mais poderoso e importante do que um rei. Mas essas tradições se modificaram a partir da ascensão do cristianismo, repercutida pelos imperadores, que estatizaram o culto cristão, como, por exemplo, Constantino, que elevou o cristianismo a religião oficial do império romano.

O catolicismo, em seus primeiros séculos, tem uma imagem muito particular sobre a moeda, primeiramente pelo fato de três passagens bíblicas: a primeira, referente às moedas dos céсарes romanos que circulavam na Judeia dominada como vemos: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.” (Mateus: 22.21). Neste contexto, a moeda tem uma feição de separação com o reino dos céus, o qual não se compadece com a vaidade e nem com o orgulho. Nesse princípio, a Igreja referenciava a moeda como símbolo de opressão mundana à alma afugentando-a de Deus e de seu reino.

Ao tomarmos como base os subterfúgios da luz historiográfica deste fato, podemos demarcar três momentos importantes da história cívico-religiosa: a igreja como inspetora do poder; detentora do poder e; fonte plena do poder. Podemos deduzir isso dentro da concepção das ações históricas tomadas por papas, em diversos momentos da história, como iremos nos aprofundar mais adiante.

A igreja, enquanto inspetora do poder, utilizava a moeda como símbolo pleno do pecado e da avareza e alertava aos seus, enquanto a utilização desta, assim como a somatória que, por diversas vezes se relacionava à ideia de amontoar-se moedas em cofres e baús que era repreensível aos cristãos, que não deviam veementemente juntar tesouros na terra para que estes se juntassem nos céus.

Já no recorte da igreja como detentora do poder, poderemos demarcar uma dualidade não exercida plena da moeda, esta de um lado ainda sendo pleno símbolo

da avareza, enquanto por outro, sendo um sacramental de fé, se antes a moeda era sinônimo de pecado, nesse momento a moeda também cria ares de santidade quando desapegada a boas obras, a principal e mais cabível prova desta imagem são as caixas das almas, postas nas igrejas e locais públicos para recolher fundos para celebrações e para a caridade, muitas vezes segundo lemas como “Quem dá aos pobres empresta da Deus” ou ainda “Uma moeda no cofre, uma missa rezada e uma alma salva” eram maneiras que a igreja, enquanto detentora do poder territorial tinha para arrecadar fundos.

O mais interessante dentro do princípio dessas “campanhas” é o período de duração das mesmas pois até os dias atuais encontramos caixas das almas em igrejas de rito ultramontano ou que mantem a antiga arquitetura.

Figura 4 – Caixa das almas – Convento de Santo Antônio. RJ



Fonte: Acervo fotográfico – Convento de Santo Antônio, RJ (2020)

Para justificar tais ações, a teologia da época valia-se da parábola dos talentos:

14 Porque o reino dos céus é semelhante a um homem indo em uma viagem, chamou seus servos e confiou sua propriedade.

15 A um deu cinco talentos, a outro dois, e a outro um, a cada um segundo a sua capacidade; e, em seguida, ele foi embora.

24 Então o homem que tinha recebido um talento, disse: Senhor, eu te conhecia, que és um homem duro, que ceifas onde não semeaste e recolhes onde espalhados;

25 Eu estava com medo, e fui esconder teu talento na terra; Aqui você tem o que é seu.

26 E o seu senhor respondeu, e disse-lhe: Servo mal e preguiçoso, você sabia que ceifo onde não semei, e recolho onde não espalhei.

27 Portanto, você deve ter dado o meu dinheiro aos banqueiros e, quando eu viesse, receberia o meu com os juros.

28 Tome pois, o talento e daí-o ao que tem dez talentos.

29 Porque ao que tem será dado, e terá mais; e quem não tem, até o que tem lhe será tirado. (Mateus – 25:14,15 -24,29)

Assim sendo, as pessoas que mantivessem doações para igreja pelas almas arrecadariam tesouros nos céus enquanto desprezavam as riquezas terrenas e, conseqüentemente, abandonando assim seus bens, fazendo assim multiplicar seus talentos nos céus.

Figura 5 – Talento 4 d.C



Fonte: Acervo próprio (2022).

Já na terceira formação da Igreja enquanto fonte do poder podemos demarcar, primeiramente, a passagem de poder de um estado para outro, onde a igreja demanda o poder para figuras importantes socialmente, como os reis, nobres e figuras proeminentes da sociedade. É interessante ressaltar, neste momento, que surge uma figura emblemática no seio da sociedade, a qual é um dos pontos de nosso estudo, o “irmão de Opa”

As irmandades religiosas, dentro do seio da sociedade, sempre tiveram uma significativa relevância dentro dos trabalhos sociais e de preservação histórica. Normalmente, as irmandades eram regidas por homens e mulheres que se destinavam aos seus ofícios específicos. Por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento era a irmandade destinada aos nobres; a irmandade de São Miguel e Almas, aos militares; a Irmandade de N. Senhora do Rosário, aos ministros reais e homens do povo. Todas essas irmandades eram detentoras de um poder social e aquisitivo onde, em suma, serviam diretamente à igreja.

Nessa conjuntura de poderio, ser um irmão de opa demonstrava muito mais que ser um membro de uma sociedade, demonstrava, no entanto, que o membro tinha chegado às boas graças da igreja, pois muitas vezes, para ser admitido em alguma irmandade, o candidato deveria demonstrar bons serviços à igreja, ainda mais para poder exercer algum cargo importante dentro das irmandades.

As irmandades foram por muitos anos o braço econômico da igreja, pois em seu meio, muitos dos membros admitidos eram homens de posses e membros influentes da sociedade. Neste sentido, criaram-se cargos para infundir essas injeções econômicas dentro dos cofres sacros, a exemplo do ecônomo e uma figura proeminente em todas as irmandades “O esmolé”.

A figura do esmolé é uma figura controversa dentro da historiografia religiosa, pois apesar do nome vulgar, o esmolé normalmente era um membro bem quisto e influente dentro da irmandade e da própria sociedade pois era ele que era responsável por recolher donativos e esmolas para a mesma, assim como as repassar ao ecônomo e guardar com ele tais valores. A figura deste dignitário religioso se tornou tão caricata que se tornou ditado popular para referir-se a pessoas que pedem donativos nas portas das igrejas e casas, quando na verdade o esmolé é uma figura um pouco mais sombria do que nós imaginamos, pois ser o esmolé da igreja também acarretava funções bem definidas socialmente como coletor de impostos e cobrador de alugueis eclesiásticos. Talvez a sociedade tenha dado a mesma nomenclatura às pessoas carentes como uma forma de satirizar essa figura.

Figura 6 – Caricatura do esmolé - 1812



Fonte: Auto desconhecido - livro das irmandades religiosas, 1812 p.123.

5 HERÁLDICA E NUMISMÁTICA

Com o avanço das mudanças de poderio da igreja, outros tipos de poder vieram surgindo dentro das sociedades, as monarquias tomaram novos fôlegos e o sistema de nobiliarquia tomou um novo rumo, para tal as moedas tomaram também outras feições. Se no capítulo anterior vimos que para a igreja as moedas eram por vezes símbolo da avareza e por outras, sacramental da caridade, para a nobiliarquia ela se torna vergalhão do progresso e do novo *status core*.

Com o avanço da nobiliarquia sobre o poder social e territorial a moeda deixa de ter a identidade de peça de trocas e câmbio econômico e passa a ser uma peça

investimento econômico, pois assim a própria corte teria maior facilidade em medir suas riquezas e seu próprio *status* econômico.

Deve-se ser ressaltado que quando a nobreza sobe ao poder, depois de muitos confrontos com a própria igreja, ela torna-se parte também integrante da mesma, por ocasião de que muitos nobres angariavam para eles e seus filhos postos como bispos, prelados, juizes e esmolés de irmandade, essa diferenciação e na estrutura eclesiástica acabou por aparelhar mais ainda a igreja dentro da máquina do estado, permitindo até mesmo os nobres interferirem nas paróquias, escolhendo os párocos e vigários.

Para essa “Nova nobreza”, as ideias de avaréza e de bens terrenos e celestiais não eram tão atrativos para seus negócios, suas intenções econômicas eram mais importantes que quaisquer ideias de salvação, ou, ainda, remissão por dinheiro. Esses nobres dividiam seus territórios de acordo com seus títulos as quais muitos comprados, essa valorização do sistema de poder não hereditário da nobreza incentivou o crescimento de sistemas sócio abrangentes em diversos países.

Ao distinguir as relações de poder entre esses novos nobres e o seu povo não convinham de somente relação territoriais no modelo de fidalguia e vassalagem, mas sim de sistemas economicamente bem definidos, onde a população se vinculava economicamente ao nobre e não mais em um instinto territorial ou ainda em impostos feudais.

Para entendermos bem este lugar de fala precisamos entender dois princípios básicos. O primeiro de todos é o momento historiográfico em que estamos tratando, estamos falando em meados do XVII e XVIII, a sociedade vivia com demasiada efervescência de ideias e governos eram mudados constantemente, as monarquias absolutistas caíam por terra e muitos reis pela Europa estão sendo destronados ou homens estavam ascendendo a posição de reis, devemos, pois afirmar com tamanha convicção tais fatos para compreendermos como a nova nobreza tentou subjugar a antiga, tanto no princípio de legalidade quanto no princípio de igualdade.

Por outro lado, temos a utilização das moedas como fonte econômica de garantias, ou seja, a moeda não só se criou em sua formatação de sistema comercial de trocas, mas também em uma garantia econômica de fortuna e, para tal, a nova nobreza utilizou-se da única ciência nobiliárquica que podia: a heráldica.

A heráldica é uma das ciências irmãs da numismática e, por sua extensão, tem maior proximidade formativa com a mesma. A heráldica baseia-se no estudo e criação dos escudos de armas e brasões em geral. Teve sua origem dentro dos idos medievais mas conseguiu passar gloriosamente assim como a numismática pelo iluminismo e pelo renascimento como uma ciência de estrema importância para compreensão do passado enquanto história nacional.

Por muito tempo, os brasões, como vulgarmente são chamados, tendo o escudo de armas, foram símbolos de ofício, principalmente dentro da sociedade atual, com o é comum vermos em instituições governamentais, militares e religiosas, mas nem sempre a utilização de brasões de armas foi algo tão distante do povo. Os escudos antigamente serviam para nomenclar um nobre no campo de batalha assim como contar sua história e de seus antepassados, posterior a isso já na renascença o brasão tornou-se algo mais simbólico servindo como uma espécie de carta de pertencimento.

Figura 7 – Set de moedas com o Brasão da coroa Inglesa



Fonte: Acervo próprio (2022)

Era enormemente comum que prédios, veículos, posses e até animais ostentassem o escudo particular de um nobre, desde que de maneira portentosa e digna, pois, o escudo de armas de um “Clã”, ou, ainda, de um nobre é algo sagrado para ele.

Dentro do estudo da numismática, principalmente enfatizando as moedas não circuláveis, a heráldica fez-se contribuir, tanto artisticamente, quanto historicamente, pois ao estamparem moedas de ouro, com os escudos de armas por exemplo, além de autenticar a veracidade e o peso da peça, ainda poderia inibir furtos e vendas sem consentimentos, pois, as moedas não circuláveis criadas pela “nova nobreza” serviam basicamente como garantias anti falência.

Dentro desta concepção de moedas não circuláveis encontramos basicamente três, segundo aponta os estudos do Dr. José Leite de Vasconcellos, professor da universidade de Coimbra, são estas: A coroa, o ducado e a onça.

5.1 A coroa

Figura 8 – Coroa Francesa de prata – Rei Louis XVI



Fonte: Acervo digital do Musée du Louvre - (2022).

A coroa é uma das moedas mais conhecidas e valiosas já fabricadas, elas normalmente tinham um peso de 61 gramas de ouro ou prata cada e tinham normalmente em se verso o busto do nobre e em seu anverso o escudo de armas do proprietário dando assim legitimidade a peça.

5.2 O ducado

Figura 9 – Ducado do Brasil – 1646 – Governo Holandês



Fonte: Arcervo Virtual – SNFJP (2022).

Já o ducado é uma moeda normalmente também em ouro, que pesa cerca de 35 a 37 gramas de ouro, também segue os mesmos padrões da coroa em seu verso e anverso, podendo sofrer alterações referente ao busto.

5.3 A onça

Figura 10 – Onça de São Jorge – Governo do Imperador George V -Inglaterra



Fonte: Acervo Próprio – (2022).

Já a onça se diferencia, além de seu peso, normalmente de 31,9, do seu metal, pois, normalmente as onças eram fabricadas em ouro e prata, mas também em bronze e ouro e também seguiam a mesma estrutura das suas coirmãs.

É importante ressaltar que, com o passar do tempo, essas nomenclaturas (Coroa, Ducado e Onça) tornaram-se medidas para pesar metais preciosos levando por passe as moedas fomentadas nestes períodos.

Aqui vemos, pois, a importância da criação de reservas econômicas, e como essas reservas influenciaram civilizações posteriores a daqueles homens que as formaram.

6 BURGUESIA: SINÔNIMO DE PODER

Com o passar do tempo e das intempéries sociais, uma nova classe ascende ao poder subjugando a antiga ordem vigente, a burguesia. Esse novo *modus operandis* de poder aderiu a um novo sistema de formação econômica e de sentido a estruturas sociais e, respectivamente, a numismática.

Uma das mais significativas mudanças que a numismática enquanto representação do poder vigente sofreu foi a modificação de suas principais estruturas, abolindo a heráldica e sua “descendência” da representação onomástica das moedas. Essa adaptação, por certo, fez diversas sociedades adaptarem diversos elementos novos a essa ciência, pois, as representações de grandes vultos ou de momentos grandiosos não fazem mais parte do arcabouço social dos países reformados, nem mesmo, a ideia de representatividade social que a própria heráldica trazia para o berço da numismática.

Com a Ascensão da burguesia ao poder, abrimos um novo leque propenso ao debate da formação de fortuna econômica e social, pois a própria burguesia segue especificamente uma linha de pensamento sócio econômico próprio, mesmo bebendo de fontes de suas antecessoras.

Com o avanço da burguesia, a moeda seguia os passos de seus novos amos, as esfinges humanas foram substituídas por monumentos ou animais simbólicos e os brasões por números grandes, claros e legíveis de maneira que, as transações cambiais fossem, em suma simplificadas, toda essa nova roupagem demonstrava a mudança de regime, a demonstração de em que mão estava o cetro do poder, não mais emanava dos reis, nem da igreja e nem mesmo da nobreza, mais sim dos burgueses, aqueles que detinham o dinheiro circulável.

Com essas mudanças as moedas adaptaram-se exclusivamente ao *modus operandis* e sofreram poucas adaptações até os dias atuais, já as moedas de garantia, criadas desde a Ascensão da nova nobreza foram adaptadas para barras e lingotes, novas medidas e numerações foram empregadas de modo a melhorar dos sistemas de medição para atender essas modificações, a adição de valor com maior visibilidade fora um dos principais marcos para essa nova fase das moedas.

7 DIAS ATUAIS

Existem uma infinidade de moedas, modelos, cores de metais, e significados, todos os países tem seus modelos de moedas e essa riqueza diversificada é derivada do inerente trabalho dos governos em valorizar suas moedas atuais, os bancos e casas cambiais trabalham incansavelmente para poderem produzir peças que tenham relevante prestígio social, hoje, as moedas são consideradas além de peça fundamental para transações monetárias e escambo de materiais básicos, como elementos culturais simbólicos, não como no passado, mas como uma coisa casual.

Com o advento da modernidade, as moedas tomaram outros rumos, outras roupagens, em sentido de novo e tecnológico, com a aplicação de máquinas e na indústria de confecção de moedas, essas peças tão quistas por todos nós se tornam obras de arte milimetricamente desenhadas e com uma perfeição surpreendente, e isso temos que agradecer aos avanços dados pela Ascensão da burguesia.

Em muitos países a utilização esfinge com grandes personalidades da história do país ou esfinges animais nas moedas são comuns ainda de serem vistas, normalmente a utilização desses elementos gráficos são de grande importância para uma população pois tenta denotar a realidade do povo que a constitui.

8 CONCLUSÃO

Ao conciliarmos a moeda ao estudo das estruturas e passagens de poder ao longo da história podemos trilhar um caminho que explica a evolução do poderio dentro de diversas sociedades ao passo que podemos diferenciar os anseios e necessidades de cada sociedade como também seus medos e frustrações.

O estudo da numismática é muito mais profundo e denso que somente estruturas de poder, mas ao estudarmos esse dado separado das demais estruturas sócio históricas podemos tirar diversas conclusões.

A moeda ao passo que é um documento também é um monumento de um povo, de uma sociedade, de um acontecimento e como provado também de uma estrutura de poder social hierárquica ou não, enquanto a moeda como documento é uma prova cabível e ainda viva intenções e passagem de uma sociedade a qual nem sonhávamos que existissem.

Sendo as estruturas de poder uma grande formação hierárquica e forte exemplificação de conjuntura política a moeda, foi, por ser a peça fundamental de trocas e ferramenta plena de cambio, um alvo fácil de discriminação e acabou por sofrer alterações de diferentes maneiras para agradar seus idealizadores e mestres, essas mudanças dependiam as intenções claras ou obscuras em cada momento da história, seja para garantir a legitimidade do poder, seja para disseminar a classe ou a casta, a moeda cumpriu bem o seu papel.

É importante ressaltar que a pirâmide de criação da moeda atende sempre os requisitos básicos para o poder vidente de uma sociedade ou localidade manter-se no poder, de maneira que ao passo que a fortuna aumenta também aumenta o poder social e o prestígio do emissário.

Por fim é importante reparar que a moeda mesmo em sua complexidade e plenitude não se limita somente a representar os aqueles que as tem mais sim todo aquele que é permeado pelo poder, de maneira que a moeda em si é a grande bússola que norteia o poder estrutural e vigente da sociedade que ela gerou e sempre irá apontar para a mesma direção, seja que for que esteja no poder, nesse sentido, existe um ditado que encerra bem esse artigo: “Quem tem o dinheiro (ao seu lado) tem o poder.”

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

CARLAN, Claudio Umpierre. Arqueologia e Numismática: a História antiga e a cultura material. **Agenda Social**, v. 4 , nº 1, p. 22-36, jan./abr. 2010.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Moedas**: a numismática e o estudo da História. São Paulo: Annablume, 2012.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. O que é numismática. Disponível em: <http://www.snb.org.br/portal/oqueenumismatica.htm>. Acesso em: 18 nov. 2022.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. Dinheiro no Brasil. 3^a. ed. Tiragem Especial para Escola de Museologia da UNIRIO. Rio de Janeiro: 2008.

VASCOCELLOS. José Leite de. **Nomenclatura Numismática**. Edição Fac-similada. Rio de Janeiro : **EDITORA** 1994.